

Estados unificarão as ações de saúde nos novos governos

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Com a posse dos novos governadores e secretários estaduais de Saúde começará, na prática, a unificação das ações curativas e preventivas de saúde, atualmente executadas isoladamente por dois ministérios: Previdência Social e Saúde. O anúncio foi feito pelo ministro Roberto Santos, que esteve reunido ontem durante todo o dia com os novos secretários responsáveis pela execução de mais de 70 programas do ministério em seus respectivos Estados.

Pela segunda vez num prazo de uma semana, os novos secretários reabriram ontem o compromisso político de implantação da reforma sanitária — cujo documento estará concluído até o dia 20 de abril —, defendendo a necessidade de um novo modelo de saúde para o País a partir da unificação dos serviços e das ações do setor. Roberto Santos reconheceu também que a partir da posse dos novos governadores e secretários será dada nova ênfase às Ações Integradas de Saúde (AIS), mediante reforço e aperfeiçoamento do programa, base para a unificação do sistema de Saúde no País. Segundo ele, houve consenso na reunião, quanto à necessidade de ser criadas condições operacionais para a unificação dos serviços de saúde, já que a

filosofia do programa obteve respaldo de todos os novos secretários.

O presidente da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, Sérgio Arouca, que acumulará a presidência da Fiocruz com a da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, apontou como as principais vantagens da reforma acabar com a “centralização e superposição absurdas” das ações de saúde, garantindo serviços mais eficientes à população. Como exemplo citou o Rio de Janeiro, onde a Secretaria Estadual de Saúde gastou só 6% dos Cz\$ 18 milhões repassados em 1986 pelo Ministério da Saúde para execução dos diversos programas do setor.

Com raras exceções, os novos secretários queixaram-se da falta de recursos financeiros para o setor em seus respectivos Estados, pedindo garantia de um mínimo de 10% dos orçamentos próprios da União, Estados e municípios para a saúde. Eles querem também uma política global de recursos humanos para o setor, com salários justos e equivalentes, progressão funcional e educação continuada. Reivindicam também investimentos imediatos para pesquisa e produção dos insumos básicos de medicamentos e participação efetiva dos Estados no Programa Nacional de Controle das Doenças Transmissíveis, entre elas a Aids.